

Avibrás e China fazem “trading” para levar Terceiro Mundo ao espaço

A companhia Avibras Internacional, de Londres —subsidiária da paulista Avibrás Aeroespacial S.A., a principal exportadora de armamentos do país—, assinou, duas semanas atrás, um contrato com o governo da China para a criação de uma agência que, funcionando como uma “trading”, vai comercializar lançamentos de foguetes espaciais e fornecer equipamentos de rastreamento de satélites para países do Terceiro Mundo. A nova empresa vai se chamar International Satellite Communication (Inscm). A assinatura do acordo, que aconteceu em Pequim a 4 de abril, foi o resultado de quase três anos de negociações entre a empresa brasileira e a China Great Wall Industry Corporation —o braço industrial do Ministério da Astronáutica chinês.

O presidente José Sarney e o ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, foram informados desses entendimentos há cerca de um ano, antes ainda de Sarney visitar oficialmente a China (em julho de 88). Além deles, apenas o secretário-geral do Itamaraty, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, foi posto a par do projeto em detalhes. O governo respeitou o sigilo das negociações. Hoje, além de Sarney, Leonidas e Paulo de Tarso, apenas quatro outros ministros —o do SNI, general Ivan de Souza Mendes, da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, do Gabinete Militar, general Rubens Bayma Denys, e o das Relações Exteriores, Abreu Sodré— conhecem o assunto.

O segredo se justifica. Apenas no Oriente Médio, o mercado potencial imediato para o fornecimento de centros espaciais e o lançamento de satélites artificiais é estimado pelos chineses em um bilhão de marcos alemães, ou US\$ 600 milhões —isto é, 13 vezes o valor da participação brasileira no programa de cooperação científica com a China para a construção de dois satélites artificiais. A associação da Avibrás com a Great Wall (que quer dizer Grande Muralha) será anunciada oficial-

mente dentro de dois meses, durante a próxima feira de aviação internacional de Le Bourget, em Paris, na presença de autoridades governamentais do Brasil e da China.

O assunto só vazou há três sema-

nas, quando dois dirigentes da companhia brasileira Elebra (um deles, um coronel da reserva da Aeronáutica chamado Mendonça) interceptaram uma missão do Ministério da Astronáutica da China, que fazia uma visita de cortesia ao ministro Moreira Lima, em Brasília. Segundo a Folha pôde apurar, a dupla brasileira propôs aos chineses uma associação para o estabelecimento de uma empresa de lançamentos espaciais e para o desenvolvimento conjunto de novos projetos de foguetes. Os chineses ouviram com atenção, sorriram, e um deles, chamado U Keli, revelou então que a China já tinha uma negociação parecida com esta em curso no Brasil, com a Avibrás. Vice-presidente da área de espaço da Great Wall, U Keli é também o segundo homem da Inscm.

A associação da Great Wall com a Avibrás difere da proposta da Elebra porque a Inscm não vai se preocupar com o desenvolvimento de novos foguetes para seus clientes

—e muito menos com algum objetivo militar em seus trabalhos (coisa que os chineses julgaram estar subentendida nas intenções da Elebra). A Avibrás e os governos da China e do Brasil sabem muito bem das dificuldades diplomáticas que teriam que enfrentar com as grandes potências ocidentais, caso os Estados Unidos descobrissem que a Inscm vai vender foguetes para países do Terceiro Mundo, ou que seus contratos de fornecimento de centros espaciais no Oriente Médio, na América Latina, Ásia ou África vão servir a projetos militares desses continentes.

No final da tarde de anteontem, o diretor de relações oficiais e diretor de vendas da Avibrás, engenheiro Pedro Vial, que será uma espécie de

gerente da Inscm no Brasil, reagiu com surpresa e nervosismo ao atender a reportagem, que foi até a sede da empresa, no município de São José dos Campos (85 km de São Paulo). “O assunto Inscm será anunciado à imprensa”, disse o presiden-

te da companhia, João Verdi Leite (presidente da Avibrás), em Paris, no mês de junho. Até lá a Folha vai ter que esperar”, disse ele, a princípio.

Apesar disso, Vial não conseguiu impedir que o jornal ouvisse dois executivos da Great Wall que, no último feriado, estavam na Avibrás preparando a proposta que apresentarão hoje pela manhã, no Ministério das Comunicações, para tentar obter o contrato de lançamento dos satélites do programa Brasilsat-2. Um dos chineses, Fu Wen Long, fará parte da diretoria da Inscm. Seu acompanhante, Chen Shouchun, vice-presidente da Great Wall para a área de ciência e tecnologia, disse que via “melhores perspectivas para a Inscm na América do Sul, Oriente Médio e Ásia. Estamos muito felizes com a nova empresa”, concluiu, sem deixar nunca de sorrir.

Empresa criou fogete Sonda

Da Reportagem Local

A Avibrás iniciou as suas atividades em 1961 como fabricante de aviões. Contudo, no ano de 1962 ganhou uma concorrência internacional para fabricar propelentes sólidos para foguetes e terminou cooperando com o Ministério da Aeronáutica no desenvolvimento da família de foguetes de pesquisa Sonda.

Depois do Sonda 1 e dos Sondas 2-B e 2-C, a Avibrás trabalhou no segundo estágio do foguete Sonda 3. Trabalhou também num foguete de três estágios —batizado de Projeto Bário—, a primeira concepção do foguete Sonda 4, hoje desenvolvido pela Aeronáutica. Divergências técnicas afastaram a Avibrás do programa espacial, e terminaram levando-a para a indústria bélica, onde, entre 85 e 87, bateu sucessivos recordes de exportação. (RL)

Inscom terá US\$ 500 mil de capital

Da Reportagem Local

A Inscom, empresa formada pela companhia paulista Avibrás e pelo governo chinês para fazer lançamentos de satélites e fornecer centros de rastreamento para países do chamado Terceiro Mundo, vai ter sede na Europa e sub-sedes em São José dos Campos (na sede da Avibrás) e em Pequim (onde ficam os escritórios centrais da Great Wall). O capital inicial da companhia será de US\$ 500 mil (cerca de NCz\$ 1 milhão), a maior parte dele a cargo da empresa brasileira.

Em dezembro passado Pedro Vial esteve na China negociando esse e outros detalhes finais do empreendimento. Anteontem, ele só concordou em dizer que a nova empresa será instalada fisicamente no pavimento superior da chamada "ala vip" da companhia, perto da pista de pouso que serve à Embraer. A Avibrás atravessa uma crise financeira. No final do ano passado, depois que o governo do Iraque

atrasou o pagamento dos lançadores de foguetes militares do tipo Astros-2 —carro-chefe das vendas da Avibrás nos últimos anos—, a empresa demitiu mais de mil funcionários, e passou a pagar os cinco mil restantes com atraso.

"Nós tivemos um problema de caixa que não escondemos de ninguém, nem mesmo dos nossos parceiros chineses da Inscom. Eles sabem de tudo. Como nossas dificuldades são circunstanciais, momentâneas, não quisemos interromper o crescimento da empresa e o projeto com a China. Na próxima semana vamos começar a colocar em dia os direitos daqueles que foram dispensados e ainda não receberam tudo que devem receber. Vamos, também, tentar regularizar os nossos pagamentos mensais. Isto é, vamos começar a superar as nossas dificuldades. Hoje estamos convictos de que agimos corretamente, ao não suspender as negociações sobre a Inscom por causa de nossos problemas de caixa", declarou Vial.

Na verdade, as áreas militar e financeira do governo sempre acreditaram na capacidade da Avibrás de superar suas dificuldades econômicas. Um general que serve no Quartel General do Exército, em Brasília, contou à *Folha*, no princípio do mês, que os pátios de uma das fábricas da companhia estão cheios de foguetes para os blindados lançadores do tipo Astros-2, encomendados pelo Exército iraquiano —que serão embarcados tão logo o governo de Bagdá termine de saldar seu débito com a empresa paulista. A Arábia Saudita, que já tem o Astros, está também negociando uma nova encomenda de foguetes.

No meio militar, as dificuldades da Avibrás são encaradas como consequência direta dos fatos que marcaram o ano de 88 —como o alto índice da inflação brasileira e o fim da guerra Irã-Iraque. A Embraer —fabricante dos conhecidos aviões Tucano—, ligada ao Ministério da Aeronáutica, anunciou um prejuízo no passado de US\$ 20 milhões. (RL)